



**INDICAÇÃO N.º \_\_\_\_\_, DE 2006.**  
**(Do Sr. Geraldo Resende)**

Sugere ao Excelentíssimo Sr. Ministro de Estado da Saúde a realização, através do Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS, de auditoria contábil-financeira nas contas da Prefeitura Municipal de Dourados, MS, de seu Fundo Municipal de Saúde, e da Fundação Hospital Universitário, também de Dourados.

Excelentíssimo Senhor Ministro da Saúde:

A Associação Médica da Grande Dourados, AMGD, somando esforços na luta por lisura no trato da saúde pública pela Prefeitura Municipal de Dourados, têm denunciado o caos que o setor vive.

A Associação, aponta que a crise na saúde pública atingiu “níveis insustentáveis” perceptíveis em atrasos injustificáveis na realização de consultas e exames e a falta de medicamentos, com pacientes esperando até dois anos, desde um simples exame até um tratamento especializado. Se soma a isso as negativas de internação no Hospital Universitário de Dourados, que gera lotação em outras unidades que atendem o Sistema Único de Saúde.

A situação chegou no ponto extremo da Associação Médica fazer publicar "nota à população", onde os médicos se eximem de responsabilidade prejuízos à saúde e até a morte das pessoas atendidas na rede pública de saúde, em virtude da falta de medicamentos básicos, materiais de urgência/emergência insuficientes e da demora excessiva nos exames, consultas e cirurgias.

A crise é anunciada e tem sua origem, por incrível que pareça, em Abril de 2002 quando foi concluído e equipado o Hospital Universitário de Dourados.



987D1FDF24

Pela pactuação, a Prefeitura Municipal de Dourados assumiu a administração, criando a Fundação Hospital Universitário. O custeio foi tripartido em uma parte para a Prefeitura Municipal, três partes para o Ministério da Saúde, duas do Governo do Estado.

Ocorre que, somente o Ministério cumpre a sua parte no repasse com regularidade, enquanto Governo Estadual e Prefeitura Municipal, contabilizam milhões em inadimplência.

Além disso, a Prefeitura exige que os recursos do Ministério da Saúde não sejam depositados diretamente para a Fundação, caindo na conta geral da Prefeitura o que notoriamente dificulta a visibilidade de sua execução.

Tamanha inapetência para com a saúde da população, torna utópico o pleno funcionamento do Hospital Universitário de Dourados.

Ocorre que, somente no ano passado, o Fundo Municipal de Saúde de Dourados recebeu aproximadamente R\$ 30 milhões. Desse montante, o Hospital Universitário recebeu cerca de R\$14,4 milhões. Se esta unidade não atende alta complexidade, se não está investindo na ampliação da sua infra-estrutura física e na aquisição de equipamentos, se não está remunerando os docentes do curso de medicina; como estão sendo aplicados tais recursos? Se não existe transparência de gestão, como a sociedade pode fiscalizar a aplicação dos recursos?

Em números gerais, do teto de R\$ 1,2 milhão, o Hospital Universitário (HU) somente fatura R\$ 200 mil. Quanto a isso, o Conselho Municipal de Saúde já constatou que o HU nega leitos para internação, mesmo tendo vagas disponíveis, gerando lotação no Hospital Evangélico de Dourados (HE), que também atende o Sistema Único de Saúde. Segundo a direção do HU, o hospital está cumprindo o que está preconizado nas portarias técnicas do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Então a responsabilidade pela crise na Saúde Pública do Município de Dourados é o Governo Federal?

Segundo relatos do Conselho Municipal de Saúde, em verificações “in loco”, no dia 05 de Abril haviam 20 vagas disponíveis no HU e ainda assim 06 solicitações de internação do HE foram negadas; no dia seguinte, com 13 vagas disponíveis, o HU negou ao HE as 05 solicitações feitas; e no dia



987D1FDF24

09 de Abril o HE pediu 02 vagas, negadas pelo HU, mesmo com 22 vagas disponíveis.

Categoricamente o Conselho Municipal de Saúde afirma que “os pedidos feitos pelo HE são de especialidades médicas compatíveis com o atendimento do HU”. Revelou-se a má-fé da direção do HU, ao chamar força policial para impedir a entrada dos Conselheiros Municipais de Saúde no HU. O que haveria para ser escondido dos membros da instância máxima de deliberação sobre a saúde pública no município?

O resultado mais cruel dessa negligência do HU, é que pacientes do SUS estão sendo internados em cadeiras “de fio” no HE.

Pois bem, esclarecer a suspeita de que recursos públicos não estão sendo efetivamente aplicados nas atividades finalísticas do Hospital Universitário, vez que paira a suspeita de que estariam sendo aplicados apenas em atividades meio, sem retorno para a população da região, é o fulcro da presente Indicação.

Vislumbramos que somente uma auditoria nas contas do Fundo Municipal de Saúde, da Fundação Hospital Universitário e da Prefeitura Municipal de Dourados, seria adequada para se revelar o verdadeiro destino dos recursos federais, e também para dar uma resposta à população douradense quanto aos motivos de terem precária assistência pública de saúde, havendo tantas verbas disponíveis à Prefeitura Municipal.

Sala das Sessões, em      de Abril de 2006.

**Deputado Geraldo Resende**  
**PPS/MS**



987D1FDF24